

5 PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO

O PDITS do Pólo Costa das Dunas tem por objetivos:

- Qualificar a infra-estrutura existente;
- Preservar o meio ambiente urbano e rural;
- Conscientizar a população;
- Viabilizar o Estado como destino competitivo no mercado turístico;
- Incrementar a atividade turística, ampliando a participação do turismo no PIB do RN;
- Ampliar a entrada de divisas por meio do maior fluxo de turistas estrangeiros, melhorando a performance da conta turismo, no Balanço de Pagamentos;
- Ampliar e diversificar a demanda turística para o Estado;
- Aumentar o tempo médio de permanência dos turistas;
- Aumentar o gasto médio diário dos turistas;
- Minimizar a sazonalidade durante todo o ano;
- Capacitar a mão-de-obra do setor, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos;
- Incentivar a exploração dos recursos naturais do litoral, das lagoas e região metropolitana de Natal de forma sustentável, fazendo do turismo um instrumento de conscientização e conservação do patrimônio natural e construído;
- Desenvolver ações na área de infra-estrutura pública na região do Pólo Costa das Dunas, capaz de atrair investimentos da iniciativa privada para exploração econômica dos atrativos existentes; e
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população por meio da ampliação de sua renda e de maiores oportunidades de acesso ao lazer e à cultura.

Os objetivos do planejamento têm em conta a demanda, os planos de investimentos de curto e médio prazo do setor privado, a capacidade de carga/ suporte dos recursos naturais e do meio ambiente e a capacidade atual e futura das municipalidades de gerenciar adequadamente seu território, procurando identificar ações que minimizem as deficiências e que estimulem o desenvolvimento turístico sustentável.

5.1 Estimação do Fluxo Turístico no Pólo Costa das Dunas

Não são disponíveis séries históricas de médio ou longo prazo referentes ao fluxo de turistas em Natal, na Grande Natal ou no Rio Grande do Norte como um todo. As informações existentes são esparsas - nem sempre consistentes - dificultando sobremaneira um tratamento estatístico confiável.

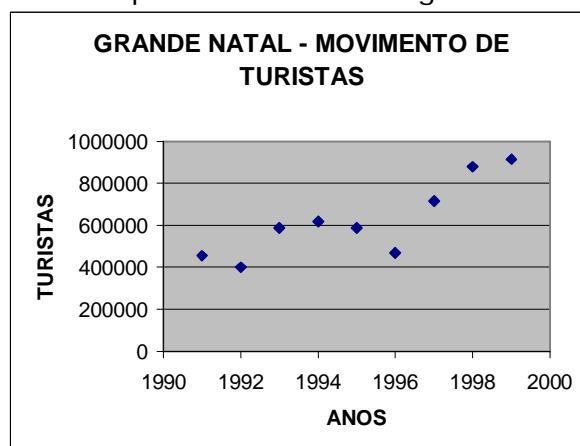
A série mais confiável, de apenas 9 anos, é a disponibilizada pela SETUR/RN, apresentando o fluxo global de turistas na Grande Natal e incluindo hospedagem em hotéis e outras acomodações. Esses dados são os a seguir apresentados.

Tabela 90 Fluxo Global de Turistas na Grande Natal

ANOS	TURISTAS
1991	455044
1992	401071
1993	587318
1994	618342
1995	588383
1996	470703
1997	716267
1998	880974
1999	916759
2000	1.008.435

Fonte: SETUR – RN

Graficamente, esses dados se apresentam como se segue:



A série evidencia uma tendência de crescimento do turismo na década, ainda que os anos de 1992, 1995 e, principalmente, 1996 registrem decréscimos em relação aos anos anteriores. Entretanto, se tomados intervalos maiores – 1991-1995 e 1995-1999, ou o período todo, os resultados são positivos, com aumentos no número de turistas de 29,3%, 55,8% e 101,5%, respectivamente.

Por outro lado, a pequenez da extensão da série não favorece explorações estatísticas. O recomendável para uma projeção de 15 anos seria uma série duas vezes maior.

Cabe, entretanto, um comentário de ordem conceitual. A premissa implícita em qualquer projeção temporal é de que os fenômenos que comandaram a tendência da variável no passado manter-se-ão, se não atuando de forma estável, pelo menos conservando a resultante das diversas forças que condicionam a evolução da referida variável estável. É como um sistema vetorial, onde cada vetor “de per se” pode variar de qualquer forma, mas o vetor – resultante apresenta uma trajetória, seja de que expressão matemática for, (relativamente) constante no tempo.

No caso em questão essa premissa simplesmente não se sustenta em prazos maiores. A coleção de planos de estabilização da década de 80, a trajetória da inflação, as bruscas mudanças de política cambial, todos esses são fatores que afetam qualquer modelagem que se faça em termos de movimentos turísticos.

Devido à escassez de dados é inútil a elaboração de um modelo econométrico que individualize variáveis que poderiam ser de maior utilidade que a simples série de tempo.

Ainda assim, mesmo com a disponibilidade de dados restrita em termos temporais e com as dúvidas suscitadas em termos da validade do modelo, buscou-se um tratamento estatístico para os dados, que é apresentado nos Quadros 1 a 6 em anexo 4 - Demanda.

No Quadro 1, apresenta-se uma regressão linear simples, que tem como resultado um R2 de 0,727 ou 73% de capacidade explicativa. O teste de F satisfatório e o sinal dos coeficientes encontrados é dentro do esperado.

No Quadro 2, busca-se o resultado a partir de uma especificação do tipo exponencial, piorando a capacidade explicativa da variável independente: o R2 cai para 0,708 ou 71%. O teste de F é satisfatório e o sinal dos coeficientes encontrados também.

No Quadro 3, busca-se, através de uma variável “dummy” para o ano de 1996, neutralizar o volume de turistas atípico daquele ano. As estatísticas encontradas são superiores aos modelos anteriores, com um R2 de 0,921 ou capacidade explicativa de 92%. Igualmente o teste F e os sinais dos coeficientes são conforme o esperado.

A regressão apresentada no Quadro 4, correspondente à do Quadro 2 acrescida da “dummy”, o resultado é similar ao encontrado no Quadro 3, com um R2 de 0,905 ou 91%.

No Quadro 5, busca-se outra especificação ainda – do tipo “S”, linearizada por logaritmo. A capacidade explicativa cai a 40%, que – mesmo com a adição da variável “dummy” (Quadro 6), não passa dos 62%.

Não se cogitou de testes estatísticos mais sofisticados, na medida em que, dada a pequenez da série os graus de liberdade disponíveis são muito restritos, desmerecendo qualquer tratamento mais sofisticado.

As projeções obtidas pelos 6 métodos tentados foram as que se seguem:

Tabela 91 Fluxo de Turistas Esperados na Grande Natal - Análise de Regressão

ANOS	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4	MODELO 5	MODELO 6
2000	909.165	937.572	956.669	1.010.638	692.583	738.455
2005	1.192.234	1.456.580	1.259.994	1.621.410	707.573	756.734
2010	1.475.303	2.262.892	1.563.319	2.601.297	715.190	766.042
2015	1.758.372	3.515.550	1.866.644	4.173.372	719.799	771.682

Observa-se que os modelos 5 e 6 são claramente descartáveis, pois projetam fluxos para todo o período em quantidades inferiores às já existentes. Esse resultado deve-se a que, forçando-se uma especificação em “S”, a “perna superior” do S, correspondendo aos anos mais recentes, já está definida, fazendo com que o crescimento futuro seja muito próximo de zero. Por outro lado, os “ruídos” dos anos intermediários “puxam” esse ramo assintótico da curva para baixo – inferior aos últimos anos (98 e 99) observados.

Restam as duas outras especificações, linear e exponencial, que – em ambas as versões, com e sem “dummy” – apresentam coeficiente de determinação próximos. Apenas por critérios estatísticos, não se pode eleger a melhor. Entretanto, a opção determinaria uma diferença muito grande nos volumes de turistas no ano-meta (2015), apresentando a especificação exponencial o dobro ou mais que isso em relação à especificação linear.

Outra possibilidade é considerar apenas os anos de 1997 e 1998, projetando os fluxos de turistas pela taxa de crescimento geométrico do biênio. Esse corresponde a um período de plena estabilidade macroeconômica, o Nordeste em vias de consolidação como destino turístico de importância e sem qualquer “ruído” aparente.

Essa extrapolação leva, entretanto, ao resultado pouco provável de um volume de 20,4 milhões de turistas no ano-meta, 2015, pelo que foi descartado como inadequado.

Assim sendo, não se justifica a adoção de modelos mais sofisticados na medida em que sua pretensa precisão cai por terra pela pequenez do número de informações disponíveis. Por outro lado, a simples extrapolação acima descrita aponta para uma taxa de crescimento que se considera de difícil concretização em prazo tão longo.

Diante dessa constatação, optou-se por obter a projeção a partir de uma sistemática mais simples, ou seja, hipótese de crescimento do turismo brasileiro adotando-se taxa média geométrica projetada. Reforça esta posição a consideração de que as ações do PRODETUR e demais iniciativas do Estado têm como objetivo a ruptura do padrão de desenvolvimento turístico vivenciado na região, levando-o a comportamento similar aos verificados na Região Nordeste e no País.

Dessa forma, adotou-se a seguinte hipótese:

- Entre 2001 e 2015, o nº de visitantes da Grande Natal crescerá à taxa geométrica de 4,66 a.a. Considera-se esse índice factível, considerando-se os últimos acontecimentos mundiais, e o indicador fornecido pelo EMBRATUR de que, até o ano de 2003, o turismo interno brasileiro vai crescer a uma taxa de 7% a.a..

Ter-se-á, então:

- 2000 = 970.848
- 2005 = 1.219.144
- 2010 = 1.530.942
- 2015 = 1.921.380

5.2 Cenários de Demanda Turística por Município

A capacidade dos Meios de Hospedagem da Área de Planejamento teve a seguinte evolução no período de 1995 a 2000:

Tabela 92 Evolução da Capacidade de Meios de Hospedagem

MUNICÍPIO	UHS					
	1995	1996 (1)	1997	1998 (1)	1999	2000
Ceará-Mirim	15	26	30	38	45	53
Extremoz	146	190	234	278	322	366
Natal	4.216	4.894	5.571	6.249	6.926	7.604
Nísia Floresta	37	49	60	72	83	95
Parnamirim	129	168	206	245	283	322
Tibau do Sul	260	337	414	491	568	645
Subtotal PRODETUR I	4.803	5.664	6.515	7.373	8.227	9.085
Ares				---	---	---
São Gonçalo do Amarante				---	---	---
Senador Georgino Avelino				---	---	---
Subtotal Área de Planejamento	4.803	5.664	6.515	7.373	8.227	9.085
Baía Formosa	27	35	43	51	59	67
Canguaretama	31	41	51	61	71	81
Macaíba	6	9	11	14	16	19
Maxaranguape	3	5	6	8	9	11
Pedra Grande	6	9	11	14	16	19
Rio do Fogo	13	17	21	25	29	33
São Miguel Gostoso	9	13	16	20	23	27
Touros	22	29	36	43	50	57
Vila Flor	13	17	21	25	29	33
Subtotal Demais Municípios	130	175	216	261	302	347
Total Pólo	4.933	5.839	6.731	7.634	8.529	9.432

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo - SETUR

(1) Dados fornecidos pela SETUR. Para os demais anos foi feita uma extrapolação, pois as metodologias de pesquisa adotadas para os anos de 1999 e 2000 não são compatíveis com os demais.

Em 2000, Natal possuía 7.604 UH's, número correspondente a 83,70% das UH's existentes nos seis municípios contemplados com investimentos do PRODETUR 1 e a 80,62% das existentes no Pólo Costa das Dunas. Essa enorme concentração faz com que o turista que visita o Rio Grande do Norte use os meios de hospedagem da capital e se desloque em passeios de até um dia para o Litoral Norte ou Sul.

Os roteiros mais procurados, segundo informações das operadoras, são as praias de Genipabu, ao Norte e Pipa, ao Sul, já próxima à divisa com a Paraíba, que por ser mais distante para a visita, já existe a possibilidade de permanência em Tibau do Sul que contava em 2000, com 645 UH's, distribuídas em 62 estabelecimentos de hospedagem.

A escassez de dados seja no nível estadual e acentuadamente no municipal, sobre o perfil desses turistas, origem, tempo de permanência, gasto médio, interesse por roteiros turísticos e distribuição dos fluxos dentro do Estado impossibilitam uma análise criteriosa da demanda turística pelos atrativos turísticos do Rio Grande do Norte.

Uma das preocupações a serem consideradas no componente Fortalecimento Institucional dos organismos responsáveis pela gestão do turismo do PRODETUR II, deve ser a estruturação e implementação de um sistema confiável de informações que permita o monitoramento e avaliação dos resultados dos investimentos realizados, tanto em relação à satisfação dos turistas quanto, principalmente, no que se refere à melhoria das condições de vida das populações nativas.

Para se estabelecer cenários por município a partir dos Fluxos Turísticos projetados para os anos 2005, 2010 e 2015, foram considerados os seguintes elementos, conforme Tabela 93.

- Primeiramente achou-se o número de UHs previstas por município, somando-se as UHs Atuais com as UHs Planejadas;

- Posteriormente, verificaram-se quais os Percentuais que essas unidades representam em relação ao Pólo;
- Em seguida, foram aplicados esses percentuais sobre o Fluxo Turístico Total, determinando-se os Fluxos Turísticos para cada município estudado.

No entanto, sabe-se que distorções ocorrem nesse tipo de extrapolação, tais como:

- Com a construção do novo Aeroporto Intercontinental em São Gonçalo do Amarante, o perfil do município certamente irá mudar radicalmente. Em função do aeroporto e do turismo religioso surgirão hotéis e empreendimentos turísticos não pertencentes à realidade hoje existente no município. Na Tabela a seguir apresentada, São Gonçalo do Amarante não dispõe de Unidades Habitacionais hoje e não tem hotéis planejados.
- Mesma coisa em relação ao Município de Arês que terá um forte impulso com o planejamento e os investimentos previstos para a região. Hoje o município não dispõe de meios de hospedagem.

Tabela 93 Distribuição da Demanda. Cenários por Município.

MUNICÍPIO	UH ANO 2000	UH PLANE-JADA	UH TOTAL	UH x PÓLO %	CENÁRIOS			
					2000	2005	2010	2015
Ceará-Mirim	53	670	723	3,93	38.144	47.912	60.166	75.510
Extremoz	366	1.500	1866	10,14	98.446	123.621	155.238	194.828
Natal	7.604	4.000	11604	63,06	612.201	768.792	965.412	1.211.622
Nisia Floresta	95	0	95	0,52	5.012	6.340	7.961	9.991
Parnamirim	322	300	622	3,38	32.815	41.207	51.746	64.943
Tibau do Sul	645	1.000	1645	8,94	86.786	108.991	136.866	171.771
Subtotal PRODETUR I	9.085	7.470	16555		873.404	1.096.864	1.377.389	1.728.666
Ares	---	0	0	0,00	0	0	0	0
São Gonçalo Amarante	---	0	0	0,00	0	0	0	0
S. Georgino Avelino	---	1.500	1500	8,15	79.137	99.360	124.772	156.592
Sub Área Planejamento	9.085	8.970	18055		952.541	1.196.224	1.502.160	1.885.258
Baía Formosa	67	0	67	0,36	3.535	4.389	5.511	6.917
Canguaretama	81	0	81	0,44	4.273	5.364	6.736	8.454
Macaíba	19	0	19	0,10	1.002	1.219	1.531	1.921
Maxaranguape	11	0	11	0,06	580	731	919	1.153
Pedra Grande	19	0	19	0,10	1.002	1.219	1.531	1.921
Rio do Fogo	33	0	33	0,18	1.741	2.194	2.756	3.458
S. Miguel Gostoso	27	0	27	0,15	1.424	1.829	2.296	2.882
Touros	57	0	57	0,31	3.007	3.779	4.746	5.956
Vila Flor	33	0	33	0,18	1.741	2.194	2.756	3.458
Sub Demais Municípios	347	0	347		18.307	22.920	28.782	36.122
Total do Pólo	9.432	8.970	18402	100	970.848	1.219.144	1.530.942	1.921.380

Em relação à taxa de ocupação, os valores disponíveis para o período 1980 – 1998, pelas mesmas razões descritas anteriormente, indicam ampla variação, sem possibilidade de análises estatísticas confiáveis. Assim, trabalha-se com a hipótese de taxa média de 60% no período 2.001 a 2010 e de 65% no período 2011 a 2015.

Os resultados finais passam a ser os apresentados a seguir.

Tabela 94 Demanda Nacional e Internacional. Cenário Provável e Indicativo de Sensibilidade. 2000 - 2015

PERÍODO	TAXA CRESCIMENTO NO PERÍODO		TURISTAS EM HOTÉIS	TOTAL DE TURISTAS	% TURISTA EM HOTEL / TURISTA TOTAL	IMPACTOS*		
	HOTELARIA	OUTRAS FORMAS ALOJAMENTO				TAXA DE OCUPAÇÃO	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM HOTEL	OFERTA DE UNIDADES HOTELEIRAS

2000				970.848				9.085
2001-2005	4,66%	0,45 - 0,4 %	403.180	1.219.144	33	60%	5,5 dias	10.200
2006-2010	4,66%	0,4 - 0,4 %	565.481	1.530.942	37	65%	5,5 dias	11.500
2011-2015	4,66%	0,4 - 0,4 %	779.130	1.921.380	41	65%	5,5 dias	14.300

* Impactos não cumulativos, ocorre um ou outro; ou combinações proporcionais dos dois.

Conforme se pode observar, os números apresentam consistência. No entanto visto tratar-se de hipóteses de desenvolvimento, torna-se necessário um monitoramento dos objetivos e metas estipuladas. Por ser um plano estratégico, deve ser revisado periodicamente em função de possíveis desvios e alterações de comportamento do mercado.

A seguir são apresentados o perfil desejado para o turista para o Pólo Costa das Dunas no período 2000 a 2015 e os benefícios financeiros e sociais projetados.

Tabela 95 Costa das Dunas. Perfil Desejado para o Turista

OBJETIVO E METAS	UNIDADE	SITUAÇÃO ANO 2000	HORIZONTE		
			2005	2010	2015
PERFIL GRUPOS	Descrição	Adulto viajando em família	Adulto viajando em família	Adulto viajando em família	Adulto viajando em família
ORIGEM	Descrição	Regional 63% Centro Sul 21% Outros 5% Estrang 11%	Regional 61% Centro Sul 21% Outros 5% Estrang 13%	Regional 60% Centro Sul 20% Outros 5% Estrang 15%	Regional 60% Centro Sul 20% Outros 5% Estrang 15%
DISPÊNDIO MÉDIO TURISTA HOTEL	U\$/dia	35,00	40,00	45,00	45,00
DISPÊNDIO MÉDIO TURISTA GERAL	U\$/dia	25,00	30,00	30,00	35,00
PERMANÊNCIA MÉDIA-TURISTA EM HOTEL	Dias	5,5	5,5	5,5	5,5
PERMANÊNCIA MÉDIA-TURISTA EM GERAL	Dias	9,2	9,2	9,2	9,2
PERCENTUAL TURISTA EM HOTEL / TURISTA EM GERAL	%	30,0	35,0	35,0	35,0

Os objetivos previstos são:

- Faixa Etária: manter a mesma faixa etária do turista atual.
- Local de origem: atrair maior volume de turistas estrangeiros.
- Dispêndio médio do turista em geral: proporcionar o aumento gradual do gasto dos turistas em geral estimado de US\$ 25,00/ turista/ dia para US\$ 30,00 até 2.010, atingindo US\$ 35,00 em 2.015. O aumento de gasto deverá se dar pelo aumento proporção do turista em hotel em relação ao total em todos os meios de hospedagem, além da inserção de novos produtos no mercado.
- Dispêndio médio do turista em hotel: estimado em US\$ 35,00/ turista em hotel/ dia para US\$ 40,00 até 2.005, US\$ 45,00 até 2010, e US\$ 45,00 em 2.015. O aumento de gasto deverá se dar pelo aumento da oferta de meios de hospedagem mais qualificados, além de serviços e produtos diversificados.
- Tempo de Permanência Média/ Modo de Hospedagem: manter o tempo de permanência do turista em hotel e em geral por todo o período, aumentando, porém, o percentual daqueles que se hospedam em hotéis e pousadas. A estratégia é de que o turista tenha maiores padrões de consumo e gaste mais, não necessariamente tendo que permanecer mais tempo.

Com relação ao tempo médio de estada, constata-se que a permanência média é alta em função das características da área: produtos variados, complexos hoteleiros/ resorts, diversidade de atrativos, entre outros. A grande maioria dos turistas nacionais viaja em pacotes de 7 dias ou mais, porém também é significativo o número de pacotes conjugados em que o turista nacional passa 3 a 4 dias na área.

Salienta-se ainda que operadoras turísticas, tanto nacionais quanto estrangeiras, comercializam pacotes para o Pólo Costa das Dunas conjugados com outras áreas do Estado e estados vizinhos, com duração de cerca de 14 dias, sendo 7 dias na região.

Estes objetivos configuram pressupostos fundamentais, incorporados ao modelo de fomento ao turismo, que nesse Plano abrange um horizonte temporal de 15 anos.

Tabela 96 Costa das Dunas. Impactos Socioeconômicos Previstos

OBJETIVO E METAS	UNIDADE	PARÂMETRO UTILIZADO	PERÍODO			TOTAL NOS 15 ANOS
			2000 - 2005	2005 - 2010	2010 - 2015	
Incremento de UH no Período		Número de UH	1.315	1.700	2.400	5.415
Investimentos em UHs	US\$1,00	Valor por UH (US\$ 35.000/ UH)	46.025.000	59.500.000	84.000.000	189.525.000
Investimentos Adicionais	US\$1,00	Públicos e Privados	32.217.500	41.650.000	58.800.000	132.667.500
Geração de Renda (Acumulada no Período)	US\$1,00	Gasto Médio do Turista e Tempo de Permanência	1.682.418.720	2.112.698.580	3.095.196.020	6.890.313.320
Total de Renda Gerada	US\$1,00		1.760.661.220	2.213.848.580	3.237.996.020	7.212.505.820
Impacto Físico	US\$1,00	% Carga Tributária Líquida Total = 16,51% (IBGE, 1999)	290.685.167	365.506.401	534.593.143	1.190.784.711
Cobertura Empréstimo	%	Impacto Fiscal/ Valor Empréstimo	2,96	3,72	5,44	12,13
Empregos Diretos Gerados	Nº Emprego	1,6 Empregos Diretos / UH	2.104	2.720	3.840	8.664
Empregos Indiretos Gerados	Nº Emprego	3 Empregos Indiretos para cada Direto	6.312	8.160	11.520	25.992

5.3 Previsão dos Impactos do Turismo no Meio Ambiente

Como identificado no diagnóstico da Área de Planejamento, é cada vez mais crescente a necessidade do controle do uso e ocupação do solo, caso contrário, serão intensificados os problemas hoje existentes, além do surgimento outros novos.

É importante salientar que o setor turístico, um dos vetores econômicos destacados para contribuir com o desenvolvimento do Estado, tem como matéria-prima a paisagem costeira, atrativo que atrai milhares de visitantes todos os anos.

Salienta-se que da mesma forma que o turismo pode desenvolver economicamente uma região, pode provocar danos ambientais irreversíveis, pondo a perder o patrimônio natural e trazendo como consequência a estagnação ou o retrocesso econômico para a região.

Este é um dos motivos que reforça a necessidade de se orientar a forma de ocupação desses espaços, de modo a conservar os potenciais cênicos, evitando-se que em futuro próximo a atividade turística não seja prejudicada. São os seguintes os casos de possibilidades de agravamento dos impactos negativos:

Adensamento/ ocupação desordenada

- Praia de Pirangi do Norte (Parnamirim) - Ocupação tendendo a verticalização com construções em áreas de praia de forma desordenada.
- Genipabu (Extremoz) - Ocupação desordenada nas dunas.

Ocupação inadequada

- Tibau do Sul - construção de hotéis e 2ª residência próximos à borda de falésia, sem respeitar as faixas de terreno de marinha.

- Búzios (Nísia Floresta) - aterramento de residências de veraneio construídas no sopé de dunas.

Destruição de ecossistema

- Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arês e Tibau do Sul – estão sendo estruturados a forma de manejo e controle da carcinicultura no Complexo Lagunar Guarairas/ Bonfim.
- Baía Formosa - pressão do uso agrícola e da carcinicultura sobre a Mata Estrela e sobre o manguezal do Estuário de Curimataú.
- Ceará-Mirim - Pressão da expansão urbana sobre o Estuário de Ceará-Mirim.
- Natal e São Gonçalo do Amarante – Pressão urbana sobre o Estuário do Rio Potengi, com o lançamento de esgoto “in natura”.

Erosão

- Praias de Pipa e Tibau do Sul - voçorocas causadas pela falta de drenagem urbana.
- Praia de Muriú (Ceará-Mirim) - apresenta construções destruídas pela erosão marinha.
- A ocupação na faixa de praia ao longo do litoral vem sofrendo o impacto do avanço do mar.

Pressão urbana

- Expansão da ocupação sobre as dunas no entorno da Lagoa de Arituba (Nísia Floresta).
- Expansão da ocupação sobre as dunas de Genipabu (Extremoz).

Desmatamento

- Nísia Floresta - retirada da mata ciliar das margens das lagoas para agricultura.
- Nísia Floresta - chácaras com função de 2ª residência.

5.4 Mecanismos de Revisão do Plano

A revisão periódica do Plano poderá se pautar pelo Marco Lógico do Programa, o qual sugere indicadores do tipo: empregos diretos em hotéis e restaurantes e respectiva taxa de crescimento, receitas de ISS nos municípios e respectiva taxa de crescimento no período 1995-2000, receita de IPTU dos municípios do Pólo em 2000 e respectiva taxa de crescimento de 1995-2000, número de turistas em 2000, 2005 e 2010, índice de desenvolvimento humano, número de unidades habitacionais nos municípios do Pólo em 2000, número de hectares desmatados ou erosão, outros problemas originados pelo Programa.

Esta revisão objetiva corrigir ações já previstas, definir novas ações a partir da identificação de impactos imprevistos e revisar cronogramas de execução das obras anteriormente priorizadas, antecipando investimentos em caso de superação das metas ou postergando-os, caso contrário.

5.5 Conclusão

As ações estratégicas previstas para serem implantadas por meio do PRODETUR/NE-II deverão criar as condições necessárias ao desenvolvimento e consolidação da atividade turística no Pólo Costa das Dunas, possibilitando-se atingir um estágio de envolvimento entre os setores públicos e privados capaz de alcançar os objetivos previstos no presente plano, alcançando-se as metas no tempo previsto.

Evidentemente muitas ações complementares serão necessárias durante todo o período de implementação do Plano, exigindo-se ajustes e modificações que aperfeiçoarão os

meios de se alcançarem os objetivos pretendidos, principalmente em relação à ampliação da Área de Planejamento, visto que as potencialidades existentes em toda região, permitem o desenvolvimento da atividade.